



Assembleia Municipal

Acta da assembleia municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária N.º 3/2013, realizada no dia 26 de Abril de 2013

Aos vinte seis dias do mês de Abril de dois mil e treze reuniu em sessão ordinária no auditório da câmara municipal de Alpiarça a assembleia municipal de Alpiarça. Esta sessão foi dirigida por uma mesa constituída pelo presidente, Mário Raul Santiago do Céu, e pelos secretários Ana Paula Agostinho Matias e João Vasco Rodrigues Peixinho. Compareceram nesta assembleia os seguintes deputados: Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, João Pedro Antunes Osório, Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, Henrique Miguel Caetano Santana, António Alberto Ventura da Costa, João Manuel de Jesus Brito, Marco António Heleno Domingos da Silva e Orlando Manuel Isidoro Marques. Estiveram ainda presentes: o presidente da câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, bem como os vereadores Carlos Jorge Pereira, João Pedro Costa Arraiolos e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira.

A Ordem de Trabalhos proposta na convocatória foi a seguinte:

Ponto 1 - Informação Escrita a apresentar pelo Senhor presidente da câmara municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Ponto 2 - Apreciação e votação da Prestação de Contas do ano 2012, Relatório de Gestão, Anexo do Relatório de Contas do PSF. Auditoria Interna-Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas anexo ao Relatório de Contas.

Ponto 3 - Apreciação do Relatório anual de Actividades de 2012 e Plano de Acção para 2013 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alpiarça.

Ponto 4 - Eleição de representante para Constituição do Conselho da Comunidade do ACES.

Ponto 5 - Eleição de Comissão do Regulamento Videográfico da assembleia municipal de Alpiarça.

Ponto 6 -Apreciação e votação da Proposta de parecer prévio / autorização para uma redução inferior a 50% dos contratos a termo resolutivo existente em 31-12-2012 (artigo 59º da LOE 2013).

Ponto 7- Apreciação e votação da Proposta do “Regulamento de Publicidade do Município de Alpiarça”.

Ponto 8 - Apreciação e votação da Proposta do “Regulamento dos períodos de abertura e encerramento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços do Município de Alpiarça”.

Ponto 9 – Apreciação e votação do “ Regulamento de ocupação de espaço público do Município de Alpiarça”.

Ponto 10 - Apreciação e votação da Proposta do Regulamento municipal de funcionamento do Projecto Redistribuir.

O presidente da mesa deu início à sessão eram vinte e uma horas e quinze minutos.

Registou-se a ausência de dois deputados da bancada do PS.

O presidente da mesa deu posse ao deputado Marco António Heleno Domingos da Silva, lendo para o efeito o auto de posse. O deputado leu em seguida o juramento de tomada de posse.

Período do Público

Intervenção do munícipe Francisco Saturnino Cunha. Antes de abordar o assunto que aqui o trouxe, o munícipe aproveitou para congratular o presidente da assembleia municipal pelo discurso de grande clarividência, de grande frontalidade e de muita coragem que fez na última sessão solene do 25 de Abril. Aproveitou também para se referir à sua última intervenção nesta assembleia e à acusação do presidente da câmara de que o munícipe, enquanto candidato às próximas eleições autárquicas, estaria a fazer campanha neste órgão. O munícipe reconheceu que, de facto, está aqui como munícipe, mas é inevitável ter presente que também é candidato. Como tal, e tendo em conta que na altura se disponibilizou, aproveitando a presença do presidente e do candidato do PS, para a realização de um debate mensal com os três candidatos para discutirem as ideias de cada um para Alpiarça, o munícipe solicitou ao presidente da assembleia que lhe facultasse uma certidão da acta em que constassem essas afirmações.

Entrando propriamente no assunto que aqui trouxe o munícipe, e para fazer um ponto prévio, o munícipe perguntou ao presidente da câmara se tinha havido alguma proposta na sequência do concurso público para concessão do Parque do Campismo.

O presidente da câmara respondeu afirmativamente, especificando que foi apresentada uma proposta que já foi analisada pelo júri do concurso que entretanto já preparou uma proposta de deliberação a ser presente à próxima Reunião de câmara para que o órgão executivo do Município se pronuncie e eventualmente adjudique a concessão.

O munícipe Francisco Cunha informou que teve o cuidado de falar com alguém alegadamente entendido em Parques de Campismo que lhe disse que o Caderno de Encargos do concurso aparentava ter sido feito por amadores, tendo inclusivamente acrescentado que não se percebia do Caderno de Encargos se a câmara queria abrir um Parque de Campismo ou um acampamento de refugiados. O munícipe acha que uma questão tão importante como o Parque de Campismo não devia ser resolvida a seis meses das eleições, hipotecando a possibilidade de os candidatos apresentarem outras alternativas para que a CDU possa dizer que fez alguma coisa com essa infraestrutura. Em relação à única proposta apresentada, o munícipe ouviu dizer que se tratava de uma proposta que fugia ao Caderno de Encargos e finalizou dizendo que pretende apresentar uma providência cautelar para impugnar o concurso se vir que as coisas não estão a ser feitas como ele entende que devem ser.

O presidente da câmara reafirmou que o actual Executivo tem toda a legitimidade para tomar qualquer decisão relativamente a esta matéria. Trata-se do cumprimento parcial de uma ambição do Executivo, pondo a funcionar o Parque de Campismo enquanto se aguarda por investimento privado para pôr em prática a proposta base que aponta para a dinamização de toda a área do Alto Castelo. Quanto à pessoa que o munícipe consultou, o presidente, embora também não sendo especialista em parques de campismo, considera que amador só pode ser o amigo do munícipe, uma vez que as rubricas do Caderno de Encargos eram apenas indicativas e não exclusivas, isto é, tudo aquilo que fosse para lá do que estava no Caderno de Encargos enriqueceria a proposta e aumentaria as hipóteses de ser seleccionada.

Actas

Passou-se à apreciação e votação da acta n.º 26, correspondente à sessão ordinária da assembleia do dia 20 de Dezembro de 2012. Não havendo propostas de alteração, a acta foi aprovada por maioria com três abstenções dos deputados: João Brito, Ana Margarida do Céu e Orlando Marques, que se abstiveram por não terem estado presentes na reunião.

Passou-se à apreciação e votação da acta n.º 27, correspondente à sessão ordinária da assembleia do dia 22 de Fevereiro de 2012. Com as propostas de correcção dos deputados Ana Margarida do Céu e João Osório, a acta foi aprovada por maioria, com as abstenções dos deputados Ana Margarida do Céu, Orlando Marques e João Brito, que se abstiveram por não terem estado presentes na reunião.

Período Antes da Ordem do Dia

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada apresentou uma recomendação ao Executivo municipal sobre a altura excessiva do muro construído no limite posterior da Casa dos Patudos no âmbito das obras dos arranjos exteriores dessa infraestrutura.

A deputada comentou em seguida que considera aquele muro uma verdadeira aberração e que esta recomendação para retirar o muro do projecto é o mínimo que se pode fazer no sentido de impedir que esta aberração se perpetue. A deputada estranha que um arquitecto tivesse projectado tal monstruosidade, mas, sabendo que há profissionais incompetentes em todas as áreas, permite-se dizer que efectivamente esta ideia não prima pela competência de quem a projectou. De qualquer forma, o dono da obra é sempre o responsável pela obra, pelo que teria cabido à câmara não aceitar este projecto ou pelo menos evitar que se prosseguisse com a construção quando se percebeu o que ali estava a ser feito.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado referiu-se ao Parque de Campismo e à informação prestada pelo presidente da câmara que dava conta que teria havido uma contra-proposta à proposta que a câmara fez via concurso. O deputado perguntou se a proposta recebida difere muito daquilo que estava inicialmente planeado e, se sim, em que componentes.

Referiu-se também à caixa postal recentemente criada pela câmara no site da autarquia para os munícipes deixarem as suas sugestões e reclamações. O próprio deputado já usou a ferramenta e ficou muito agrado com a rapidez da resposta. Gostava de saber se tem havido

muita utilização dessa ferramenta por parte dos munícipes e se a população estará sensibilizada para a utilização destes instrumentos.

Por fim, o munícipe deixou a sugestão ao Executivo para que este providenciasse à limpeza das estradas de campo do Município, que se encontram em muito mau estado. O deputado sabe que há uma máquina a fazer a manutenção das estradas, mas o resultado ainda não é satisfatório.

Intervenção do deputado João de Brito. O deputado começou por afirmar que por princípio não critica a realização de nenhum tipo de obras, uma vez que considera que qualquer obra traz mais-valia ao Concelho, mas não pode deixar de repudiar o muro que está a ser construído na Casa dos Patudos, juntando assim o seu protesto ao protesto apresentado pela Bancada do PS.

Referiu-se ainda à sinalização na Rua dos Pescadores, no Pinhal da Torre, que é enganosa e perigosa. Lembrou que já há uns anos se referiu ao assunto, tendo sido assegurado na altura pelo Executivo que iriam providenciar para corrigir a situação, o que até agora não aconteceu.

Intervenção do deputado João Osório. O deputado começou por enaltecer a realização do espectáculo de teatro inserido nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, evento que foi bastante participado e que se revelou mais um êxito deste Executivo, tendo em seguida passado a ler um texto em que fazia referência ao convite do PS aos alpiarcenses para um caminhada pelos locais onde estão edificadas as infraestruturas construídas durante os mandatos do PS à frente da Autarquia e elencado as dívidas que resultaram dessas obras, muitas das quais foram pagas por este Executivo. O deputado lembrou ainda que muitas dessas dívidas contribuíram para o sufocamento financeiro de muitas dessas empresas, algumas delas do nosso Concelho, tendo algumas delas acabado por declarar falência. Pergunta o deputado se é assim que o PS pensa desenvolver Alpiarça e criar condições para as empresas do Concelho. Por contraste, afirmou o deputado, a CDU pagou as dívidas deixadas pelo PS, retirou a Autarquia da asfixia financeira em que se encontrava e ainda conseguiu fazer obra e pagá-la graças a uma gestão cuidadosa e rigorosa que não criou mais dívida para as gerações vindouras.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro. O deputado começou por fazer duas constatações. A primeira para dizer que em boa hora a CDU ganhou as eleições em 2009 porque se tal não tivesse acontecido hoje não teríamos tido a oportunidade de escutar o munícipe Francisco Cunha, uma vez que o PS retirou a possibilidade de os munícipes se manifestarem nas Assembleias. E a segunda para manifestar o seu desagrado pelo facto de a bancada do PS estar frequentemente incompleta nestas assembleias, o que nas últimas sessões tem sido norma. O deputado pensa que tal não fica bem a um partido que já foi poder em Alpiarça e aspira novamente a ser poder.

O deputado não quis deixar também de assinalar o 25 de Abril e enaltecer o contributo que os alpiarcenses deram para que a revolução fosse possível, passando a seguir a relatar as suas memórias do 25 de Abril de 1974, contrastando essas vivências com a vivência actual da liberdade, que para muitos jovens é um dado adquirido, mas que custou muito a conquistar. Acrescentou que, em regra, os alpiarcenses respeitam a liberdade, a democracia e as pessoas

que lutaram pela liberdade, embora haja algumas excepções, que, como todas as excepções, só servem para confirmar a regra.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. Tendo constatado há pouco tempo que foi edificado um muro na fronteira oeste da propriedade dos Patudos, do lado da rotunda da barragem, e tendo constatado que o portão que dava acesso à propriedade por esse lado foi substituído por uma entrada nesse muro à primeira vista demasiado baixa e estreita, o deputado deixou um alerta para a exiguidade dessa entrada que, tanto quanto conseguiu ver, não permite a entrada, por exemplo, de um carro dos bombeiros. Perguntou por isso se a câmara pensou nalguma solução para essa situação.

Reportou-se em seguida a uma situação que considera caricata, que apresenta à assembleia por mera graça. Trata-se das placas de delimitação do Concelho de Alpiarça e do Concelho de Almeirim na estrada do campo, esta segunda colocada depois da primeira no sentido de quem vem de Santarém. Quem reparar nesta disposição das placas pode ser levado a pensar que existe alguma disputa de fronteiras entre os dois municípios. O deputado sugere por isso que se considere a colocação das placas da maneira convencional.

Relativamente ao projecto para a zona do Alto Castelo e à manifesta intenção do Executivo de transformar a quinta dos Patudos num parque de diversões, o deputado recordou o que está disposto no testamento de José Relvas, nomeadamente que esses terrenos seriam expressamente destinados ao arrendamento, sendo que os proventos desse arrendamento visariam sustentar uma casa de assistência social aos mais idosos do Concelho. Pede por isso que se tenha presente o testamento de José Relvas e se tenha em conta que é preciso de alguma forma compensar a Fundação José Relvas, que tem vivido durante muitos anos sem os proveitos que lhe seriam devidos pela exploração das propriedades.

O deputado alertou em seguida para uma situação que lhe parece poder ser potencialmente perigosa, nomeadamente o estado de degradação das caixas de cimento situadas no loteamento em frente aos bombeiros, as quais poderão eventualmente conter fios eléctricos.

Depois, relativamente à intervenção do deputado João Osório, o deputado manifestou-se surpreendido por ter ficado a saber que a dívida deixada pelo PS já está toda paga e congratula-se pelo facto. Não é isso no entanto o que mostra o Relatório de Contas deste Executivo. De resto, tanto quanto sabe, o Plano de Saneamento Financeiro (PSF) serviu apenas para justificar a contracção de um empréstimo bancário para fazer face a dívidas de curto prazo e transformá-las em dívidas de longo prazo. A dívida mantém-se e vai manter-se por muitos anos. Não se pode dizer, pois, que a CDU pagou a dívida relativa às obras que o deputado mencionou. A esse propósito, o deputado gostava ainda de fazer referência ao nível nunca visto de aproveitamento dos fundos comunitários protagonizado pelo PS em Alpiarça, da taxa de execução dos fundos comunitários nunca vista e praticamente única em todo o país protagonizada pelo PS em Alpiarça, ao investimento superior a 50 milhões de euros ao longo de dez anos protagonizado pelo PS de Alpiarça, para perguntar em seguida se alguém pode pôr em causa esta herança. Herança que está cá e é de todos e sem as quais o executivo da CDU não faria as suas actividades, uma vez que eles decorrem nas infraestruturas deixadas pelos executivos socialistas.

Para terminar, o deputado perguntou se o Executivo do PS deixou ou não assegurada em termos de comparticipação comunitária quer a obra do Centro Escolar, quer a obra de recuperação da Casa dos Patudos, e se não foi o PS que apresentou os projectos e conseguiu aprovação para eles. Tanto quanto o deputado se lembra, essas obras foram lançadas e pensadas pelo anterior Executivo.

Intervenção do deputado João de Brito que pediu novamente a palavra para fazer uma correcção à intervenção do deputado Celestino Brasileiro. Recorda-lhe o deputado que a proposta da CDU para acabar com a chamada lei da rolha na assembleia foi precedida por uma proposta do mesmo teor por parte do PSD, tendo-se chegado então à conclusão que o melhor seria juntar ambas as propostas e votá-las como sendo uma proposta única de ambas as bancadas.

Intervenção da deputada Ana Margarida do Céu. A deputada perguntou quando é que o Executivo pensa dar resposta às questões que colocou por escrito no início da semana.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado referiu que o muro de uma propriedade privada que dá para o Jardim municipal está caído já há algum tempo, dando um aspecto de abandono ao jardim. O deputado sugeriu que, à semelhança do que o anterior Executivo fez para as fachadas degradadas da Rua José Relvas, se colocassem umas lonas no local que o embelezassem e escondesse a degradação do muro.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro. O deputado recordou ao deputado João de Brito que dois anos antes das eleições a CDU tinha prometido nesta assembleia que se ganhassem as eleições terminava com a lei da rolha que o PS tinha implantado. Isto sem prejuízo de, na altura em que a CDU fez a proposta, o PSD ter feito uma proposta no mesmo sentido.

O presidente da câmara passou a responder às questões, começando por se referir à recomendação apresentada pela bancada do PS relativamente ao muro da Casa dos Patudos. Essa recomendação vai, de resto, ao encontro daquilo que já foi abordado em Reunião de câmara através de uma proposta apresentada pelas vereadoras eleitas pelo PS e que mereceu o voto favorável de toda a câmara, tendo-se entendido que o assunto justificava uma discussão com os técnicos e uma reflexão do ponto de vista político relativamente à solução a encontrar para aquela proposta arquitectónica. Em todo o caso, o muro esteve previsto desde sempre no projecto que foi apresentado e aprovado pela câmara, e ainda que o projecto não tivesse merecido a aprovação em termos globais por parte das vereadoras do PS, a questão do muro nunca se colocou. O presidente lembrou também que o muro que lá estava antes também não permitia uma vista para a Lezíria, uma vez que era bem mais alto do que a altura de uma pessoa de estatura normal. Foi dito também, e bem, que a adega é posterior à vivência da família Relvas naquele espaço e que criou ali um impacto arquitectónico que também perturba todo aquele enquadramento. Ora, a proposta do aumento do muro visava precisamente quebrar o impacto que tem essa estrutura e as estruturas das traseiras dos balneários do Estádio municipal. O muro tem ainda o objectivo de criar ali um espaço de maior intimidade, sendo que aquele espaço vai ainda levar árvores e o muro vai ser coberto por plantas trepadeiras, nomeadamente vinha virgem, que assumirá várias tonalidades ao longo do ano. Além disso, o projecto mantém toda a área da quinta dos Patudos que estava aberta à Lezíria, e ainda lhe acrescenta novos espaços com visibilidade para os campos.

Voltando à recomendação apresentada pelas vereadoras do PS em reunião de câmara, o presidente esclareceu ainda que aceitou rever a proposta nas várias dimensões que o projecto tem, desde que fossem tidas em conta as consequências que poderá trazer para o financiamento e para o desfecho da obra. Neste momento o Gabinete Técnico da Autarquia, juntamente com o projectista, estão a estudar todo o impacto que eventualmente essa alteração poderá ter. O presidente assegurou no entanto que não vai correr o risco de criar problemas em termos de financiamento do projecto nem relativamente à avaliação de mérito da candidatura feita pela Direcção-Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo. Quando houver conclusões o assunto irá de novo à Reunião de câmara, que é o órgão que tem competência nesta matéria.

Por último, em relação às considerações que a deputada Graciete Brito teceu acerca do Gabinete de Arquitectura responsável por este projecto, o presidente manifestou todo o seu repúdio para com essas acusações, lembrando que não é de bom-tom pôr em causa a competência das pessoas, sobretudo quando estão em causa unicamente questões de preferência estética.

Relativamente ao concurso para concessão do Parque de Campismo, o presidente explicou que não teve acesso à proposta, mas que o júri do concurso já reuniu e o que lhe disseram foi que haveria condições para avançar. O presidente parte portanto do princípio que o proponente respeita as exigências do Caderno de Encargos.

Quanto às estradas agrícolas, este ano houve de facto algumas dificuldades provocadas pela pluviosidade e pelas cheias, mas os serviços da câmara já estão no terreno, embora condicionados pela falta de pessoal, a tentar reparar os caminhos. Os trabalhos estão a decorrer nos locais mais preocupantes e prolongar-se-ão até estar tudo reparado.

Sobre a sinalização na Rua dos Pescadores, o presidente lembra-se de a questão ter sido colocada na assembleia, embora não tenha nenhuma nota sobre se houve algum desenvolvimento. Irá tomar as providências necessárias para corrigir a situação se eventualmente for essa a avaliação.

Quanto ao muro oeste da Casa dos Patudos, de facto tem uma abertura estreita, mas o acesso a que o deputado se refere visa servir apenas o trânsito pedonal, havendo a jusante uma outra entrada mais larga para dar acesso a veículos automóveis.

Em relação ao projecto de desenvolvimento turístico do Alto Castelo e os proventos dos arrendamentos do legado Relvas, o presidente lembrou ao deputado Fernando Ramalho que o testamento do José Relvas diz claramente que em primeiro lugar deve ser garantida a manutenção da Casa dos Patudos. Inclusivamente, se essa obrigação não for garantida, há uma disposição testamentária que diz que esse património reverterá a favor da câmara de Santarém. Portanto, e em primeiro lugar, o objectivo primordial da câmara de Alpiarça deve ser a recuperação e conservação da Casa dos Patudos e só numa segunda fase viria a garantia da obra social. Esta não tem vindo no entanto a ser descurada, uma vez que os vários corpos dirigentes da Fundação José Relvas têm garantido, com mais ou menos dificuldades, o regular funcionamento da instituição.

Relativamente à questão da eventual existência de fios eléctricos nas construções degradadas no loteamento em frente aos bombeiros, o presidente vai transmitir a informação à fiscalização da câmara a fim de que os proprietários sejam notificados.

Quanto à questão de saber se as obras da primeira fase do mandato tinham ou não garantido o seu financiamento aquando da tomada de posse deste Executivo, o presidente esclareceu que, de facto, relativamente ao Centro Escolar, o processo estava a tramitar normalmente, mas no caso da Casa dos Patudos não é assim. A aprovação da candidatura ocorreu já neste mandato e só depois de a câmara ter desenvolvido diligências junto da CCDR e do Ministério da Cultura. Já para não mencionar que a obra tinha avançado sem se ter garantido o visto do Tribunal de Contas.

Quanto às respostas às questões relacionadas com a obra dos Patudos que a deputada Ana Margarida do Céu fez chegar ao presidente, o presidente informou que despachou o formulário para os serviços, que entretanto já remeteram para o presidente um esboço de resposta que está agora a ser analisado. O presidente pensa que no início da semana já estará em condições de responder à deputada.

Por último, em relação ao muro do jardim municipal que está caído e à eventual solução através da colocação de lonas, o presidente assegurou que já chegou a equacionar essa hipótese para essa e outras situações, mas que abandonou a ideia porque as lonas levantam-lhe uma série de questões de ordem estética. Se do ponto de vista prático podem resolver alguns problemas, do ponto de vista estético e urbanístico levantam muitas reservas. De resto, o presidente informou que estão a decorrer negociações com o proprietário do terreno onde está implantado o muro que desmoronou no sentido de se fazer uma permuta de terrenos para que a câmara possa expandir o jardim.

As restantes questões foram respondidas pelo Vereador Carlos Pereira, nomeadamente a questão que se prendia com a ferramenta de sugestões do site da câmara, que está a ser publicitada no site e no Facebook e através da qual já chegaram à Autarquia cerca de 9 a 10 questões, imediatamente respondidas.

Quanto à alegada guerra de fronteiras, o Vereador explicou que o limite do Concelho de Alpiarça é exactamente onde está colocada a placa.

Intervenção do deputado João Vasco Peixinho. O deputado referiu-se ainda à questão da concessão do Parque de Campismo, cujo caderno de encargos, a seu ver, não foi feito por amadores mas por um advogado cuja especialidade não é certamente a área do turismo, até porque ao longo de todo o documento não aparece uma única referência à legislação que rege este tipo de infraestruturas. A seu ver trata-se de um caderno de encargos muito genérico e, a cumprir-se todas as exigências, muito benéfico a todos os títulos para a Autarquia, embora não esteja a ver que investidor é que neste momento teria capacidade para o fazer. Entende o deputado que não é de bom-tom que a câmara alugue um espaço sem a dotar do mínimo de condições para que possa ser explorado e ainda venha exigir que quem fizer o favor de aceitar ficar com o Parque faça um investimento avultadíssimo na infraestrutura da câmara para reparar o que a câmara não pôde reparar. E tudo isso sem que se pondere dar um período de carência ao concessionário para que possa fazer face às despesas iniciais. Para além disso, o

deputado lembrou que a antiga concessionária do Parque, que estava obrigada a pagar uma renda mensal de €750, nunca o conseguiu fazer, ainda que o Parque nessa altura estivesse em melhores condições. Parece-lhe pois manifestamente exagerado a mensalidade exigida no caderno de encargos no valor de €1000, e parece-lhe também exagerado que se exija a construção de um novo balneário, uma vez que não existe obrigatoriedade legal de o fazer, a menos que se decida aumentar a capacidade do parque. Ainda em relação ao caderno de encargos, o deputado lamentou que, havendo menção à estação arqueológica que existe no interior do Parque, não se tivesse pensado incluir uma cláusula que estipulasse a obrigatoriedade de o concessionário proceder à manutenção desse tesouro.

Por fim, perguntou qual era a situação dos actuais utilizadores do Parque, uma vez que continuam equipamentos de campismo montados no interior da estrutura, e perguntou porque é que o Executivo deixou passar praticamente quatro anos para tomar uma decisão relativa a este assunto. Em todo o caso, assegurou o deputado, a concretizar-se tudo o que está pressuposto no caderno de encargos, trata-se efectivamente de um negócio muito lucrativo para a câmara. Pena é ser muito dificilmente exequível.

O presidente da câmara afirmou que o deputado João Peixinho colocou a tónica naquela que é para si a questão fundamental, que é a câmara ter tido como objectivo primordial para esta questão salvaguardar o interesse do Município. Em relação ao caderno de encargos, a câmara procurou fazer-se valer de vários contributos de pessoas especializadas nestas questões, nomeadamente do gabinete jurídico da Autarquia e a empresa de consultoria que está a trabalhar com o Município nesta matéria. A questão é muito simples para o presidente: a Autarquia tinha um Parque de Campismo sem condições de funcionamento, pelo que concessioná-lo nestas circunstâncias era o único caminho possível, sobretudo porque a câmara não tem capacidade financeira, nem vai tê-la nos próximos tempos, para executar obras naquele espaço.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado concorda com o deputado João Vasco Peixinho quando este diz que a câmara devia avançar primeiro com as obras de recuperação do Parque de Campismo antes de concessioná-lo, até porque dessa forma iria obter um rendimento muito maior da concessão. Mais do que um investidor privado, a câmara teria talvez mais facilidade em conseguir um empréstimo na banca para ir buscar dinheiro aos fundos comunitários, que pagariam a obra em 85%. O deputado sublinhou ainda a importância que o Executivo deve dar ao controlo do risco de incumprimento por parte do proponente, designadamente através da introdução de cláusulas relativas a essa matéria no contrato de concessão.

Terminada a ronda de intervenções do período antes da ordem do dia, o presidente da assembleia colocou à votação a recomendação da bancada do Partido Socialista.

Colocada à votação, a recomendação do PS sobre a altura do muro da Casa dos Patudos foi aprovada por maioria, com seis votos contra da bancada da CDU, uma abstenção do deputado João Vasco Peixinho e o voto a favor do presidente da assembleia.

Declaração de voto do deputado Orlando Marques. Já que o presidente da mesa não deu oportunidade de discutir a proposta, o deputado sugeriu que se pensasse em alterar o

regimento para que seja dado às pessoas a possibilidade de intervirem nestas ocasiões. Em relação à recomendação propriamente dita, o deputado acha que esta tem toda a legitimidade e se enquadra nas competências dos deputados municipais, mas, tendo em conta que é uma questão que já está a ser analisada pela câmara, não lhe parece que faça muito sentido. O deputado acha ainda lamentável que o presidente da assembleia apresse o presidente da câmara quando este está a responder às questões que lhe foram colocadas, uma vez que considera que o presidente da câmara não deve ter limite de tempo para as suas respostas, pelo que de novo propõe que se altere o regimento.

O presidente da assembleia declarou que concordaria com o deputado se estas assembleias não se prolongassem em regra para além do que é aceitável. Ao permitir que umas pessoas digam tudo o que têm para dizer, o presidente está a impedir que outras digam também o que têm a dizer.

A deputada Paula Matias fez declaração de voto. A deputada votou contra porque, apesar de respeitar a recomendação do PS, considera não fazer sentido aprovar esta proposta quando o assunto já está a ser analisado pela câmara.

O deputado João de Brito fez uma declaração de voto. Votou a favor porque concorda com o teor da recomendação.

O deputado João Osório fez uma declaração de voto. O deputado votou contra porque considera que as recomendações servem apenas para que as bancadas expressem as suas posições e não para serem votadas. Além disso, o presidente da câmara já explicou que a questão está a ser analisada pelo Executivo.

O deputado Celestino Brasileiro fez uma declaração de voto. Votou contra porque achou que depois da intervenção do presidente da câmara não fazia sentido votar a recomendação.

O deputado Henrique Santana fez uma declaração de voto. Votou contra porque o presidente da câmara já explicou que a questão estava a ser analisada pela câmara e porque se tratava apenas de uma proposta feita à mesa que não carecia de votação.

O deputado Marco Silva fez declaração de voto. Fez suas as palavras dos restantes deputados. Acrescentou ainda que muitas vezes há falta de tempo porque há tempo a mais, sendo que o deputado considera que um resultado de 1-3 é invariavelmente um resultado negativo.

O presidente da assembleia apresentou um voto de louvor ao funcionário da Autarquia João Moita pelo seu trabalho enquanto responsável pela redacção das actas deste órgão.

Os deputados Fernando Ramalho, Celestino Brasileiro e João de Brito declararam que as suas bancadas se associavam a esta proposta. A proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Período da Ordem do Dia

- Ponto 1 – Informação Escrita a Apresentar pelo presidente da câmara municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado pediu alguns esclarecimentos relativamente ao registo de correspondência da assembleia, documento que lhe foi entregue juntamente com o documento agora em discussão, razão pela qual se esqueceu de colocar as suas questões durante o período antes da ordem do dia. Tendo em conta que já não há Comissão de Geminação, o deputado perguntou se se mantêm as relações com a congénere francesa e se vão responder à correspondência por eles remetida. Perguntou ainda, relativamente a um ofício em que a câmara solicita à assembleia uma certidão com o registo integral da discussão ocorrida nesta assembleia em torno do relatório da CPCJ, quais são as intenções do Executivo municipal por trás deste pedido.

O presidente da assembleia explicou, relativamente à geminação, que tem remetido toda a correspondência para o executivo municipal.

Quanto ao pedido de certidão de teor, o presidente informou que ela visava sobretudo a intervenção do deputado Fernando Ramalho, mas que entendeu não extraí-la, agindo em conformidade com a sua opinião sobre o assunto.

Sobre o relatório da actividade do Município, o deputado Paulo Sardinheiro mostrou-se interessado em conhecer o âmbito do workshop sobre desenvolvimento rural promovido pela Comunidade InterMunicipal da Lezíria do Tejo.

O presidente da câmara explicou que se tratou de uma reunião de trabalho para a preparação do programa territorial integrado Lezíria/2020 que a CIMLT está a definir.

O presidente aproveitou ainda para realçar a evolução financeira da Autarquia, destacando a diminuição da dívida, desde a última sessão da assembleia, em cerca de cento e vinte mil euros e, em relação ao fecho das contas em 2009, em cerca de um milhão e trezentos mil euros, o que só abona em favor da gestão rigorosa deste Executivo. Para além disso, o presidente realçou ainda um conjunto de actividades, nomeadamente as diligências que se têm tomado no sentido de encontrar plataformas de entendimento para a constituição da Associação de Regantes, os trabalhos de limpeza da Vala e a inauguração da Loja Social do Município.

- Ponto 2 – Apreciação e votação da Prestação de Contas do ano 2012, Relatório de Gestão, Anexo do Relatório de Contas do Plano de Saneamento Financeiro, Auditoria Interna-Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas anexo ao Relatório de Contas.

O deputado Paulo Sardinheiro começou por enaltecer a apresentação deste relatório de contas, que na sua opinião tem uma redacção muito mais dentro do espírito do que deve ser um relatório de contas do que os anteriores, nos quais incidia de forma prolixa o comentário político, tendo pedido em seguida alguns esclarecimentos relativamente a valores e dados constantes nos documentos. De resto, em traços gerais, o deputado reconhece que o esforço na contenção da despesa por parte deste Executivo é visível nestes relatórios.

Nesta fase o presidente da assembleia colocou à votação continuidade da sessão a partir da meia-noite. A continuação da sessão foi aprovada por maioria com três abstenções e um voto contra do deputado municipal António Alberto Ventura da Costa.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho, que perguntou se o Executivo já tinha alguma previsão relativamente à receita global da cobrança do IMI.

Intervenção do presidente da câmara. Em traços gerais, relativamente às contas de 2012, o que lhe aprouve dizer foi que o caminho definido de recuperação financeira do município através da implementação de um plano rigoroso de contenção da despesa e de resolução de compromissos está a ser cumprido plenamente e de forma integrada, o que permite que haja simultaneamente redução da dívida e se consiga ainda assim realizar um conjunto de iniciativas e de obras assinalável, cumprindo assim objectivos definidos pela CDU e com reflexos no futuro do nosso Concelho. O presidente sublinhou ainda que tudo isto foi conseguido num quadro extremamente adverso.

O Vereador Carlos Pereira prestou os esclarecimentos pedidos pelo deputado Paulo Sardinheiro relativamente a alguns dos quadros e valores descritos no relatório.

Sobre o IMI, explicou que ainda não é possível conhecer o valor da receita da cobrança desse imposto.

O presidente da câmara referiu-se ainda ao relatório da actividade do município, assinalando a redução de gastos com trabalho extraordinário em cerca de 57%, bem como a redução da despesa corrente, na ordem dos 7,32% em relação a 2009, ano de referência. De realçar também a evolução do quadro do pessoal, que apesar de estar reduzido em termos de número de trabalhadores, tem uma inversão no que respeita à tipologia dos contratos com a entrada de mais 13 trabalhadores com contratos por tempo indeterminado, profissionalmente mais estáveis. Quanto às acções de formação dos funcionários, de destacar a evolução exponencial relativamente ao último ano do último mandato, não só em relação ao número de acções, como ao número de horas dessas acções e ao número de participantes. Por fim, o presidente realçou que, apesar da regressão em termos de capacidade de captação de receita do Município, houve um reforço na despesa com a educação, acção social e apoio ao associativismo.

Posto à votação, o segundo ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por maioria, com nove votos a favor da bancada CDU, um voto a favor da bancada PSD e três abstenções da bancada PS e registando-se uma ausência da sala por parte desta bancada.

O deputado João Brito fez declaração de voto. Votou favoravelmente este ponto porque entende que houve um esforço meritório de contenção da despesa e que ficou provado que o Plano de Saneamento Financeiro veio ajudar e muito esta recuperação.

- Ponto 3 – Apreciação do Relatório anual de Actividades de 2012 e Plano de Acção para 2013 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alpiarça.

O presidente da assembleia recordou que na última assembleia este ponto foi retirado, uma vez que se entendeu que deveria estar presente um representante da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alpiarça (CPCJ), entende que desta vez estão reunidas condições para a apreciação do ponto porque está presente o munícipe José Francisco Sereno Sanfona na qualidade de representante desta Comissão.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado perguntou se o representante da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alpiarça (CPCJ) considera que os tempos adversos em termos sociais e económicos que vivemos influenciaram o número de casos acompanhados pela Comissão.

O deputado recordou ainda o mal-entendido ocorrido na última sessão da assembleia, reconhecendo que ele próprio tinha laborado a quente, tendo tomado atitudes das quais já se penitenciou. Considera no entanto que a questão permanece, nomeadamente de se saber se os documentos que são distribuídos aos eleitos municipais têm carácter sigiloso ou público. Entende que os eleitos estão em representação da população de Alpiarça e é a esta que pertencem os documentos que são confiados aos eleitos.

O presidente da assembleia explicou que os documentos entregues aos deputados, a menos que venham expressamente referenciados como sigilosos, são de carácter público. No caso em concreto, não havia essa referência, até porque não eram referidos nomes. O presidente teve o cuidado de falar com a CPCJ que lhes explicou que houve um lapso na emissão dos documentos, tendo seguido junto com o relatório uma comunicação de carácter particular.

A partir deste momento deixamos de ter registo áudio dos trabalhos pelo que se fará a redacção da acta apenas pela minuta da mesma.

Intervenções do deputado Paulo Sardinheiro, da secretária Ana Paula Matias, do presidente da assembleia, do presidente da câmara, do presidente da assembleia. Intervenções do município José Sereno Sanfona, do presidente da assembleia, do deputado Fernando Ramalho, do município José Sereno Sanfona, do vereador João Arraiolos, da deputada Graciete de Brito e por último do presidente da assembleia.

- Ponto 4 – Eleição de representante para Constituição do Conselho da Comunidade do ACES.

O presidente da assembleia pôs o ponto à discussão informando que se iria proceder à eleição de um representante desta assembleia municipal no Conselho da Comunidade do ACES. Intervenções dos deputados Celestino Brasileiro, Graciete de Brito, Henrique Santana, Graciete de Brito e presidente da assembleia municipal.

A votação foi de nove votos para o deputado Henrique Santana e de três votos para a deputada Ana Margarida do Céu. Verificou-se a ausência de um elemento do PS e de um elemento da CDU, nesta votação.

- Ponto 5 – Eleição de Comissão do Regulamento Videográfico da assembleia municipal de Alpiarça.

O presidente da assembleia propôs que a esta Comissão fosse presidida por si, secretariada pelo deputado João Vasco Peixinho e que cada bancada indicasse um representante para a integrar. A bancada da CDU indicou o deputado Celestino Brasileiro, a bancada do PS indicou o deputado Paulo Sardinheiro, a bancada do PSD/CDS indicou o deputado João de Brito. Posta a composição da bancada à votação foi aprovada por unanimidade com oito votos da CDU, três votos do PS e um voto do PSD/CDS. Verificou-se a ausência de um elemento do PS e de um elemento da CDU, nesta votação.

- Ponto 6 – Apreciação e votação da Proposta de parecer prévio / autorização para redução inferior a 50% dos contratos a termo resolutivo existente em 31-12-2012 (artigo 59 da LOE 2013).

O presidente da assembleia pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao presidente da câmara que deu algumas explicações sobre a proposta.

Posta a proposta à votação foi a mesma aprovada por unanimidade com oito votos da CDU, três votos do PS e um voto do PSD/CDS. Verificou-se a ausência de um elemento do PS e de um elemento da CDU, nesta votação.

- Ponto 7 – Apreciação e votação da Proposta do “Regulamento de Publicidade do Município de Alpiarça”.

O presidente da assembleia pôs o ponto à discussão. Não havendo intervenções, passou-se à votação, tendo o Regulamento de Publicidade do Município de Alpiarça sido aprovado por unanimidade. Verificou-se a ausência de um elemento do PS e de um elemento da CDU, nesta votação.

- Ponto 8 – Apreciação e votação da Proposta do “Regulamento dos períodos de abertura e encerramento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços do Município de Alpiarça”.

O presidente da assembleia pôs o ponto à discussão. Não havendo intervenções, passou-se à votação, tendo sido aprovado por unanimidade o Regulamento dos períodos de abertura e encerramento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços do Município de Alpiarça. Verificou-se a ausência de um elemento do PS e de um elemento da CDU, nesta votação.

- Ponto 9 – Apreciação e votação do “Regulamento de ocupação de espaço público do Município de Alpiarça”.

O presidente da assembleia pôs o ponto à discussão. Não havendo intervenções, passou-se à votação, tendo sido aprovado por unanimidade o Regulamento de ocupação de espaço público do Município de Alpiarça. Verificou-se a ausência de um elemento do PS e de um elemento da CDU, nesta votação.

- Ponto 10 – Apreciação e votação da Proposta do Regulamento municipal de funcionamento do Projecto Redistribuir

O presidente da assembleia pôs o ponto à discussão. Não havendo intervenções, passou-se à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a Proposta do Regulamento municipal de funcionamento do Projecto Redistribuir. Verificou-se a ausência de um elemento do PS e de um elemento da CDU, nesta votação.

Período de Intervenção do Público

Intervenção do munícipe Francisco Cunha apenas para precisar a sua intervenção sobre o parque municipal de campismo, no primeiro período de intervenção do público.

Intervenção do munícipe Artur Sanfona que perguntou que medidas estavam a ser tomadas sobre a morte dos peixes na albufeira dos Patudos e se a câmara estava a prever colocar aparelhos de ginástica ao ar livre, considerando a zona da albufeira como excelente.

Relativamente à intervenção do munícipe Francisco Cunha o presidente da câmara disse que era apenas uma opinião pessoal do munícipe e que mantinha a sua resposta anterior.

Sobre a questão da morte dos peixes na barragem colocada pelo munícipe Artur Sanfona, o vereador Carlos Pereira disse que é uma situação que acontece geralmente em anos de seca e em que a barragem tem pouca água, este ano voltou a acontecer mas com a morte de grande quantidade de peixes, embora a barragem esteja praticamente cheia porque o ano foi muito chuvoso, acrescentou que a câmara tem trazido ao local vários entendidos na matéria, foram feitas análises e tudo indica que os animais morrem por asfixia, pela falta de oxigenação nas águas mais profundas, o que pode ser explicado por grandes quantidades de matéria orgânica em decomposição no fundo devido à utilização de enormes quantidades de engodo nos concursos de pesca desportiva. Relativamente à colocação de aparelhos de ginástica ao ar livre, o vereador disse que é um assunto que já foi equacionado, inclusivamente já foram pedidos preços de equipamentos e que o local da sua colocação será provavelmente uma zona junto ao complexo desportivo, perto do miradouro.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo presidente da assembleia, eram duas horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____